

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissão

3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 10/5/2023

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bim da Ambulância – Bosco – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmár – Macaé Evaristo – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Wendel Mesquita.

Falta de Quórum

A presidenta (deputada Leninha) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 11, às 10 horas, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 11/5/2023

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Alê Portela – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Cassio Soares – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana –

Gustavo Valadares – João Magalhães – Leonídio Bouças – Lohanna – Maria Clara Marra – Nayara Rocha – Rodrigo Lopes – Thiago Cota – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Gil Pereira) – Às 10h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/4/2023

Às 11h48min, comparecem à reunião os deputados Adriano Alvarenga, Eduardo Azevedo e Zé Laviola (substituindo o deputado Douglas Melo, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência via Fale com as Comissões: *e-mails* dos Srs. Carlos Rodrigues Ramos sobre a cobrança de IPVA em Minas Gerais (SIC 102670, Rodrigo Barreto de Lucena sobre os critérios de cobrança das seguradoras de automóveis (SIC 103010) e Wander César Ferreira (SIC 103086), em que reclama do preço da gasolina em Betim e Contagem. Comunica também o recebimento de dois ofícios do Procon Assembleia, publicados no *Diário do Legislativo* em 25/4/2023. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 926 e 1.135/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.206/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a data em que serão reativados os postos de atendimento presenciais da Cemig no Município de Carmo do Cajuru, pois o fato de não estarem em operação prejudica os consumidores mais vulneráveis, que necessitam de atendimento presencial, e, em tese, viola o teor dos arts. 6º, inciso X, e 14, ambos do Código de Defesa do Consumidor;

nº 1.328/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Ouro Preto para debater os impactos da privatização dos serviços de saneamento básico prestados pelo consórcio Saneouro desde 2020, tanto em termos de qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário quanto em relação as tarifas exorbitantes cobradas de seus usuários;

nº 1.391/2023, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao procurador-geral de justiça pedido de informações acerca dos fatos que acarretaram as enchentes no Município de Raul Soares no ano de 2020;

nº 1.393/2023, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao superintendente Regional de Meio Ambiente da Central Metropolitana pedido de informações acerca das razões pelas quais as empresas Brookfield e Elera estão operando no Município de Raul Soares sem o devido licenciamento ambiental desde 2008, esclarecendo as razões que impediram a realização desse licenciamento;

nº 1.397/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado ao diretor de operações do Brookfield Asset Management pedido de informações sobre a capacidade dessa empresa de operação das barragens em

metros cúbicos, incluindo o volume de vazão de água antes e durante o período chuvoso, bem como se a empresa possui condições de operar as barragens de Raul Soares com capacidade de vazão menor do que o usual sem que isso prejudique o fornecimento de energia;

nº 1.398/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado ao diretor de operações do Brookfield Asset Management pedido de informações consubstanciadas no plano de reparação para as vítimas das enchentes que atingiram as comunidades rurais e urbanas de Raul Soares e Abre Campo e no plano de mitigação dos danos ocorridos na produção agrícola e pastoril, nas estradas e nas pontes da região;

nº 1.399/2023, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer sejam encaminhadas à Brookfield Asset Management, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à Câmara Municipal de Raul Soares e à Prefeitura de Raul Soares as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a situação da população ribeirinha de Raul Soares em relação a eventuais falhas na prestação de serviços da Brookfield, concessionária das barragens hidrelétricas do município;

nº 1.434/2023, do deputado Enes Cândido, em que requer seja encaminhado ao Procon Estadual pedido de providências para que se apure a atuação do Hotel Urbano – Hurb – no mercado, tendo em vista sua prática lesiva com o cancelamento constante e em grande escala de hospedagens, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis para a defesa dos direitos individuais homogêneos dos consumidores;

nº 1.492/2023, do deputado Eduardo Azevedo e do deputado Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre a existência de registros no prontuário dos veículos sobre ocorrências de sinistros e vendas por leilão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2023.

Adriano Alvarenga, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/4/2023

Às 9h10min, comparece à reunião o deputado Betão, membro da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater o aumento dos acidentes de trabalho no Brasil e em Minas Gerais, suas implicações para a sociedade e as ações para sua prevenção e combate, de maneira a chamar a atenção dos agentes públicos e da sociedade para o tema e impulsionar possíveis ações para a promoção da saúde e segurança do trabalhador, por ocasião do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças no Trabalho. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marta de Freitas, coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais – FSPSST-MG; Melina de Sousa Fiorini e Schulze, procuradora do trabalho titular do 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho do Município de Varginha; e Valéria Peres Morato Gonçalves, presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTBMG; e os Srs. Jordano Carvalho dos Santos, membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas-MG – Setorial Saúde e Segurança do Trabalhador; Carlos Calazans, superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Vandeir Messias Alves, presidente da Força Sindical Estadual de Minas Gerais; Marco Antônio Xavier, diretor financeiro da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST-MG –, representando o

presidente da entidade; Fabian Ricardo Schettini, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores – UGT –, representando o presidente dessa entidade; Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Marcelo Lamego Pertence, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – TRT-MG – e gestor regional do Programa Trabalho Seguro do TRT-MG; José Carlos Reis Pereira, presidente do Sindicato dos Marceneiros de Ubá; e Bruno Squizzato de Oliveira, advogado desse sindicato. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2023.

Betão, presidente – Nayara Rocha – Lohanna.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/5/2023

Às 15h2min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Thiago Cota, Celinho Sintrocel e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 97/2023, no 1º turno, e 3.576/2022, em turno único (deputado Charles Santos), e Projeto de Lei nº 3.220/2016, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.644/2016 (relatora: deputada Maria Clara Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.222, 1.224, 1.255, 1.258 e 1.306/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 1.315, 1.354 e 1.362/2023. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.588/2023, da deputada Maria Clara Marra e dos deputados Thiago Cota, Celinho Sintrocel e Charles Santos, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater, com o diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, as condições das rodovias estaduais, bem como projetos futuros. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.300/2023, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência de convidados conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a melhoria e a expansão do trecho de ferrovia que liga a cidade de Corinto a Salvador, administrada pela VLI Multimodal S.A;

nº 1.372/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que se proceda à devida fiscalização das condições do transporte rodoviário oferecido pela Viação Gardênia, especialmente das linhas que fazem o trecho Sul de Minas e Belo Horizonte;

nº 1.448/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que a tarifa do pedágio das rodovias do Sul de Minas seja baseada nos valores aplicados na Rodovia Fernão Dias, entre Belo Horizonte e São Paulo, e que o valor das tarifas seja atualizado somente após a entrega total da infraestrutura pactuada;

nº 1.450/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam exigidas as instalações de rampas de escapes ao longo dos trechos das rodovias do Sul de Minas, concedidas pelo Estado;

nº 1.456/2023, do deputado Luizinho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para adiamento do leilão de concessão do Lote 3 (Varginha a Furnas) de rodovias estaduais e para que seja reiniciado todo o processo de concorrência, visto que a audiência e a consulta pública realizada no âmbito da licitação citada não atendeu aos requisitos legais de alcance, de abrangência e de participação da sociedade civil e não escutou adequadamente as demandas da região do entorno do Lago de Furnas, conforme demonstrado na audiência pública realizada pela comissão em 26/4/2023 e nas audiências promovidas pela Associação dos Municípios do Lago de Furnas, em janeiro deste ano;

nº 1.482/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para restauração integral e consequente restabelecimento da ponte situada na MG-170, sobre o Rio Jacaré, que liga o Município de Lagoa da Prata à BR-262 e que se encontra interditada há mais de um ano;

nº 1.515/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a recuperação, em caráter emergencial, da pista da BR-381, no Distrito de Roças Novas, em Caeté, para a realização imediata de enrocamento e concretagem e para a realização de avaliação rigorosa dos problemas que vêm ocorrendo e das medidas estruturais e permanentes a serem adotadas, tendo em vista que o citado trecho rodoviário recebeu intervenções recentes, incluindo a duplicação, em 2020;

nº 1.517/2023, dos deputados Raul Belém, Antonio Carlos Arantes e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar – pedido de providências para que seja encaminhada a relação dos problemas apontados pelos produtores rurais em consulta interna que serviu de subsídio à palestra sobre a malha viária do Estado, em painel do debate público “Mundo Agro: negócios, ambiente e desafios”, realizado em 27/4/2023, para os devidos encaminhamentos;

nº 1.562/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para realização das devidas manutenções na MG-431, especialmente no trecho próximo às cidades de Itaúna e Itatiaiuçu;

nº 1.565/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca do processamento das multas aplicadas no Estado, especificando-se o volume de recursos arrecadados com multas por ano, no período de 2018 a 2022, por tipologia, detalhando-se o montante auferido de multas a partir de radares instalados no Estado sob jurisdição do governo e o valor recolhido aos cofres do Estado e aos municípios; e da existência de empresa contratada para instalação e manutenção de radares em rodovias estaduais, detalhando-se os valores contratuais e fornecendo de cópia do contrato com informações da execução contratual, tais como cronograma físico-financeiro, valores desembolsados pelo Estado, empenhos, notas fiscais e relatórios de medição que lastreiam os valores cobrados;

nº 1.584/2023, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para recapeamento asfáltico da rodovia que liga Patrocínio a Silvano, especialmente no trecho conhecido como Rodovia Professor José de Novais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2023.

Thiago Cota, presidente – Celinho Sintrocel – Cássio Soares.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/5/2023

Às 10h12min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Doutor Paulo, Lucas Lasmar e Grego da Fundação, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a regularização do pagamento, pelo Estado, da produção extrateto de média e de alta complexidade para atendimentos em oncologia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Kátia Regina de Oliveira Rocha, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas; Fernanda Vilarino, diretora de Redes da Secretaria de Estado de Saúde – SES; e os Srs. Gustavo Dias da Costa Martins, superintendente de Contratualização e Processamento da SES, representando o secretário de Estado de Saúde; Felipe Alves Bernardo, coordenador comercial do Hospital da Baleia, representando a diretora-presidente desse hospital; e Eder Tadeu Pinheiro Brandão, diretor administrativo do Hospital Dilson Godinho, de Montes Claros. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência para posterior apreciação os seguintes requerimentos:

nº 1.622/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja feita complementação financeira com vistas a cobrir o custo de biópsias realizadas pelos hospitais no Estado, após levantamento dos custos reais, em um prazo de 60 dias;

nº 1.619/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento e a correção do valor de mamografia, biópsia e cirurgias oncológicas e sua inclusão no programa Valora Minas;

nº 1.620/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que essa pasta e a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia sejam responsáveis pelo levantamento dos custos de biópsias, cirurgias e radioterapias;

nº 1.621/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a alteração da programação pactuada integrada de oncologia, para que os municípios tenham a liberdade de escolher onde querem fazer as cirurgias oncológicas e os tratamentos;

nº 1.623/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde pedido de providências para que seja apresentada proposta para melhoria da tabela de procedimentos de biópsia, cirurgia e radioterapia;

nº 1.624/2023, dos deputados Arlen Santiago, Lucas Lasmar, Grego da Fundação e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à participação de membros da Comissão de Saúde desta Casa no Grupo Técnico de Oncologia dessa secretaria;

nº 1.627/2023, dos deputados Grego da Fundação, Arlen Santiago, Doutor Paulo e Lucas Lasmar, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para agilização do pagamento das emendas parlamentares federais, cujos créditos, repassados pelo Ministério da Saúde ao Estado, até o momento não foram pagos;

nº 1.628/2023, dos deputados Grego da Fundação, Arlen Santiago, Doutor Paulo e Lucas Lasmar, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre todas as emendas parlamentares federais na área da saúde cujos recursos foram recebidos pelo Estado e ainda não foram repassados, bem como sobre a data do crédito desses recursos nos cofres públicos;

nº 1.629/2023, dos deputados Arlen Santiago, Grego da Fundação, Doutor Paulo e Lucas Lasmar, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a assistência oncológica, especificando-se o gasto anual com procedimentos oncológicos nos últimos quatro anos e a projeção de gastos para 2023, por tipo de câncer; os valores destacados por tipo de tratamento (radioterapia, quimioterapia, hematologia, oncopediatria, iodoterapia e outros); os valores pagos por via judicial e administrativa; os valores pagos por hospital habilitado; e o fluxo percorrido pelo paciente para ter a assistência oncológica, desde a consulta inicial até o tratamento final.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2023.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Wilson Batista – Doutor Paulo – Lud Falcão.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/5/2023

Às 15h10min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Coronel Henrique e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Lucas Lasmar. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a valorização dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, responsáveis pela execução das políticas públicas de defesa sanitária animal e vegetal do Estado, em prol do desenvolvimento da agropecuária e em benefício da sociedade mineira. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Priscila Gonçalves Dias Presotti, presidente do Sindicato dos Fiscais Agropecuários e Fiscais Assistentes Agropecuários Estaduais de Minas Gerais – Sindafa – e Moisa Medeiros Lasmar, vice-presidente do Sindafa; e os Srs. Antônio Baptista Ruback, presidente da Associação dos Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – Assima –, Altino Rodrigues Neto, superintendente de Relações Institucionais da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, Humberto Rodrigues Falcão, engenheiro agrônomo, representando o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG –, Guilherme Costa Negro Dias, diretor técnico do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, representando o diretor-geral, e Bruno Divino Rocha, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG. A presidência concede a palavra ao deputado Coronel Henrique, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.662/2023, dos deputados Raul Belém e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja regulamentada, conforme lei publicada, a revisão do redutor aplicado à Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedima;

nº 1.663/2023, dos deputados Raul Belém e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária pedido de informações sobre a estrutura administrativa (física e veículos) existente em cada um dos

escritórios do instituto e as respectivas pendências relativas à complementação da estrutura ou demandas de reparos registradas ou em curso nessas unidades;

nº 1.668/2023, dos deputados Raul Belém e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado à 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte pedido de providências para que seja dado andamento ao processo relativo à extinção do VT aplicado à Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedima –, de nº 5087798-33.2022.8.13.0024, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater a valorização dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, responsáveis pela execução das políticas públicas de defesa sanitária animal e vegetal do Estado, em prol do desenvolvimento da agropecuária e em benefício da sociedade mineira;

nº 1.669/2023, dos deputados Raul Belém e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja implementada a revisão do plano de carreiras e remuneração dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2023.

Raul Belém, presidente – Coronel Henrique – Lud Falcão.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/5/2023

Às 9h43min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a não participação das pessoas atingidas do Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, no acordo celebrado entre o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A., diante da elevação do nível de risco das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, de propriedade e responsabilidade da empresa Vale S.A. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Célia Xakriabá, deputada federal; Hosana Regina Andrade de Freitas, da Coordenadora Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce, representando o procurador-geral de justiça; Maria Fernanda Salcedo Repolês, professora adjunta da Faculdade de Direito da UFMG, membro do Programa de Pesquisa e Extensão Polos de Cidadania e do Gabinete de Crise da Sociedade Civil; Fernanda Renata Abreu Tuna, representante do Território ZAS Macacos; Flávia Stortini de Souza Cruz, representante do Território Pasárgada; e os Srs. Felipe Augusto Cardoso Soledade, defensor público, representando a defensora pública-geral do Estado; André Luiz Freitas Dias, professor da Faculdade de Psicologia da UFMG e coordenador do Programa Polos de Cidadania da UFMG; Leonardo Bahmed Tolentino, representante do Território 9 – Periferias, Proprietários Rurais, Campo do Costa; Carlos Eduardo Dutra de Rezende, representante da Comissão de Macacos; Beat Christian Willi, presidente da Associação das Pessoas Atingidas pela Mineração; Carlos Bruno Ferreira da Silva, procurador da República, coordenador da Força Tarefa Rio Doce/Brumadinho do Ministério Público Federal. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2023.

Bella Gonçalves, presidenta – Beatriz Cerqueira – Cristiano Silveira.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/5/2023

Às 9h45min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos culturais decorrentes da demolição do Galpão Skate Udi ocorrida em 1º/4/2023, em Uberlândia, cumprindo uma ordem judicial e que afetou diretamente as relações e manifestações culturais da cidade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Amanda Thaylassa Gondim Ferreira, vereadora da Câmara Municipal de Uberlândia, e Dandara Tonantzin Silva Castro, deputada federal; e os Srs. Gustavo Henrique de Lima Ribeiro, esquetista; Luis Gustavo Moreira Silva, voluntário e responsável pela comunicação e redes sociais da Federação Mineira de Skate; Maurício Massote Júnior, diretor financeiro da Confederação Brasileira de Skate, e Igino Marcos da Mata de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Uberlândia. Registram-se as presenças da Sra. Helena Ferreira, advogada da Associação do Galpão Skate; e dos Srs. Paulo César Silva Sosa, assessor da Câmara Municipal de Uberlândia, e André Luiz Mendes Barcelos, engenheiro ambiental e secretário da Associação do Galpão Skate. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2023.

Professor Cleiton, presidente – Lohana – Macaé Evaristo.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/5/2023

Às 16h10min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo e os deputados Bruno Engler e Caporezzo (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Bella Gonçalves e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância do Projeto de Lei nº 2.630, de 2020, em tramitação no Congresso Nacional, no enfrentamento ao combate a violência no ambiente escolar. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Eliara Santana, jornalista e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Alessandra Cezar Mello, presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; e Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; e os Srs. Ricardo Fabrino Mendonça, professor da UFMG, doutor em Comunicação Social e pesquisador do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça; Robson Sávio Reis Souza, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh; João Caldeira Brant Monteiro de Castro, secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, representando o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Rogério Correia, deputado federal; e Orlando Silva, deputado federal e relator do

Projeto de Lei nº 2.630, de 2020. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Logo após, concede a palavra aos deputados presentes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Macaé Evaristo – Lohanna.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/5/2023

Às 9h42min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.400/2021, na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Bruno Engler). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.243, 1.244, 1.305 e 1.361/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.632/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o imediato pagamento da parcela corresponde a 50% da diária integral aos policiais militares empenhados no evento do Dia da Inconfidência Mineira, realizado em 21/4/2023, na cidade de Ouro Preto, nos termos do § 4º do art. 6º da Resolução nº 3559/2000: “quando o militar dispuser de alimentação ou de pousada gratuita, será devida a parcela correspondente a 50% da diária integral”;

nº 1.672/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que se realize, com a máxima brevidade, o aumento do efetivo policial militar do quadro do 23º Batalhão de Polícia Militar, em Divinópolis, no mínimo de 50 militares, devido à crescente demanda no setor da segurança pública, ao exponencial aumento da criminalidade no município e ao acúmulo de serviço operacional, para possibilitar a prestação de serviço preventivo eficiente e tranquilidade dos cidadãos;

nº 1.675/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e ao governador do Estado pedido de providências com vistas a viabilizar recursos para a implantação de base de segurança comunitária – BSC – na Praça do Bairro Estrela Dalva, na região do Nacional, no Município de Contagem, visto que a 39ª Companhia de Polícia Militar foi transferida para próximo ao Ceasa, o que deixa a população da região prejudicada em sua segurança;

nº 1.702/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia Civil de Andrelândia, nas pessoas do delegado regional Luiz Carlos Ferreira Pires, do delegado Rafael Emídio de Faria e dos policiais civis Márcio Jovelino de Melo, Danilo Moreira Damazio, Avilan Rabello de Almeida, Eder Rogers Bonicini, Elaine Cristina Mota, Felipe Tadeu de Oliveira Cardoso, Ricardo Elker Garcia, Robson de Jesus dos Santos, Rolister Cardoso Júnior Valdenício e Fabiano de Almeira pelo êxito na Operação Antidrogas, ocorrida em 14 de abril de 2023, que, em cumprimento de ordem judicial, logrou exitosa ação de busca e apreensão;

nº 1.717/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja publicada, com urgência, a comissão que ficará responsável pela elaboração da minuta de projeto de lei contendo a Lei Orgânica da Polícia Penal, salientando-se que, em 29/6/2022, a Emenda à Constituição nº 111, ao dispor sobre a polícia penal no âmbito do Estado, trouxe expressamente a previsão de respectiva lei orgânica e, recentemente, durante a tramitação do Projeto de Lei nº 358/2023, emenda deste deputado foi acatada e transformada no art. 142 da Lei nº 24.313, de 2023, que prevê: “O Poder Executivo encaminhará à Assembleia, em até um ano contado da data de publicação desta lei, projeto de lei complementar regulamentando a Emenda à Constituição do Estado nº 111, de 29 de junho de 2022”;

nº 1.718/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a recomposição das perdas inflacionárias suportadas pelos servidores da segurança pública do Estado e, especificamente, as ações e medidas efetivamente realizadas pelo Governo para, em cumprimento ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal e ao art. 24 da Constituição do Estado, repor o percentual de 35,44% de inflação acumulada no período de 2015 a 2022, o qual vem corroendo o poder de compra de mencionados agentes, com a presença do secretário de Estado de Governo, da secretária de Estado de Planejamento e Gestão, do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, dos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e da chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, sob pena de convocação para nova audiência pública, nos termos dos incisos VII e VIII do art. 100 do Regimento Interno;

nº 1.739/2023, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis pela excelente atuação na operação Falso Profeta, que culminou no cumprimento de cinco mandados de busca e apreensão e na prisão em flagrante de um padre da Igreja Católica e professor na rede municipal de São Paulo (SP) por crime de pedofilia;

nº 1.749/2023, dos deputados Bruno Engler, Sargento Rodrigues e Eduardo Azevedo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 2.630/2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, considerando seus impactos na política de segurança pública;

nº 1.753/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a recomposição das perdas inflacionárias suportadas pelos servidores da segurança pública do Estado e, especificamente, as ações e medidas efetivamente realizadas pelo governo para, em cumprimento ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal e ao art. 24 da Constituição Estadual, repor o percentual de 35,44% de inflação acumulada no período de 2015 a 2022, para a qual sejam convidados o secretário de Estado de Governo, a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, os comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Eduardo Azevedo – Caporezzo.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/5/2023

Às 9h42min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições de trabalho e a carreira das

auxiliares de serviços gerais de educação básica. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Alessandra Pereira Viana, auxiliar de serviços de educação básica da Escola Estadual Vera Maria Rezende, em Betim; Ana Lucia de Paula Maciel, auxiliar de serviços de educação básica na região do Triângulo Mineiro; Ângela Cristina Vitor, auxiliar de serviços de educação básica em Belo Horizonte; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Emília Gorethe Ferreira, auxiliar de serviços de educação básica em Belo Horizonte; Izabel Rosa de Jesus Rocha, auxiliar de serviços de educação básica em Ribeirão das Neves; Maria Aparecida, auxiliar de serviços de educação básica da Escola Estadual Israel Pinheiro, em Governador Valadares; Nayara Neres Dias, auxiliar de serviços de educação básica em Chapada Gaúcha; Rozimar Franco Soares Celestino, auxiliar de serviços de educação básica na região da Zona da Mata; e Sueli dos Santos Marques, auxiliar de serviços de educação básica em Passos; e os Srs. Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior, assessor-chefe de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário; Geraldo da Costa Silva, coordenador do Sind-UTE-MG na subsede Montes Claros; Heverton Martins, auxiliar de serviços de educação básica da Escola Estadual Santo Tomás de Aquino, em Divinópolis; Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Luiz Gonzaga, auxiliar de serviços de educação básica em Ubaporanga; e Wanderlucio Conceição Barbosa, auxiliar de serviços de educação básica da Escola Estadual Bernardo Valadares de Vasconcelos, em Sete Lagoas. A presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Logo após, concede a palavra aos deputados presentes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 15/5/2023, às 9 horas, na Avenida Rosa Leão, nº 117, Bairro Granja Werneck, em Belo Horizonte, na Rua Raimundo Corrêa, nº 528, Bairro Londrina, e na Rua Canadá, nº 310, Bairro Baronesa, em Santa Luzia, com a finalidade de averiguar as condições do processo de urbanização e regularização das áreas junto às comunidades da região da Izidora.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 10/5/2023, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Superintendência Regional Sudeste II – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.128/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Universidade do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 580/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Laranjal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.001/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério dos Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 744/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 8/5/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Gustavo Henrique Oliveira Lopes, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini.

TERMO DE CONTRATO Nº 13/2023

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: prestação de serviços educacionais de Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas. Vigência: a partir da data da assinatura até dezembro de 2024.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 48/2023**Número no Siad: 9324239-2**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil. Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual, com reajuste de preço, já acordado no Termo de Aditamento nº 25/2023. Vigência: três meses, de 2/5/2023 a 1º/8/2023, inclusive, ou até o término do processo licitatório em curso, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).